

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: UM NOVO OLHAR AO ENSINO DE GEOGRAFIA NA AMAZÔNIA

Erickson Batista da Costa ¹
Deivid Silva dos Passos ²
Léa Maria Gomes da Costa ³
Otto Osvaldo da Silva Vasconcelos ⁴

RESUMO

O fazer docência é muito mais do que ensinar, é educar o indivíduo para ser cidadão, e, para além de tudo, ser um agente transformador. O Programa Residência Pedagógica busca o diálogo entre o ensino superior e o ensino básico, no intuito de permitir o aprimoramento do fazer docente. O presente artigo vem relatar a experiência vivida na escola Renato Pinheiro Condurú, por meio do projeto “Cidade e Cidadania - construindo caminhos para o ensino de Geografia na escola básica”. Como residentes integrantes do projeto, desenvolvemos em turmas do 1º ano do ensino médio uma proposta metodológica de ensino intitulada “Cidades ribeirinhas e a formação espacial amazônica: entre a cruz, o comércio e a espada”. A proposta de ensino teve como objetivo desenvolver a compreensão acerca da produção do espaço amazônico nos séculos XVII e XVIII, dando destaque à formação das cidades ribeirinhas amazônicas, elemento fundamental da estruturação socioespacial regional no referido período histórico. A metodologia utilizada constou de levantamento bibliográfico e estudo empírico, sendo este pautado na atuação e experiência na escola-campo, em que houve a observação sistemática, avaliação diagnóstica, aplicação da proposta metodológica e avaliação de resultados, para verificar o alcance dos objetivos. A partir da experiência vivida, constata-se que mesmo com os percalços e desafios impostos ao professor e à educação pública brasileira e paraense, é possível pensar novas metodologias que trazem ao aluno uma aprendizagem significativa, apoiada na melhor compreensão das dinâmicas urbanas presentes em seu espaço de vivência cotidiana.

Palavras-chave: Residência Pedagógica, Relação escola-universidade, Aprendizagem significativa, Produção do espaço amazônico, Fundação de Belém.

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2022, deu-se início às atividades do Programa de Residência Pedagógica⁵ da Universidade do Estado do Pará, programa que proporciona aos discentes dos cursos de licenciatura um contato maior com o ambiente escolar, integrando os conhecimentos

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Pará - UEPA, ericksonbcosta13@gmail.com;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Pará - UEPA, deividpassos3@gmail.com;

³ Doutora em Geografia, Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará - UEPA, lea.costa@uepa.br;

⁴ Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado do Pará - Seduc, o.s.vasconcelos@hotmail.com.

⁵ Programa de bolsas financiado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

acadêmicos à prática docente. Inseridos no meio escolar, os futuros profissionais da educação vão se deparar com a realidade do colégio em sua complexidade e desafios. Assim, cabe ao residente pensar e desenvolver projetos que busquem superar os problemas detectados, assim como ver a escola em sua totalidade.

Ao considerar Libâneo (2006), observa-se que a educação corresponde a um processo pelo qual se dá a formação do ser humano, em que pese o contexto político, social, econômico e cultural no qual o indivíduo está inserido, culminando na formação de traços da personalidade. Visto, nesse sentido, como um fenômeno social, a educação se revela enquanto o jogo das relações sociais de interesses. Logo, ser professor é um ato político, no qual se deve pensar qual aluno se quer formar.

Souza, Silvano e Lima (2018) discorrem sobre a teoria da aprendizagem significativa de Ausubel, sendo esta entendida como aprendizagem que se constrói a partir dos conhecimentos prévios dos alunos, na qual se considera o meio social onde o aluno está inserido, bem como suas vivências. Assim, a nova informação ancora-se às preposições prévias do educando, permitindo a ampliação e reformulação de seus saberes anteriores. Desse modo, o conteúdo ministrado não deve ser trabalhado de forma aleatória e desconectada da realidade do alunado, mas antes ligada às vivências da turma, no intuito de que os novos assuntos venham conferir sentido ao entendimento de seus mundos, assim atribuindo significado no que se aprende.

Compreende-se que a educação se inscreve em um contexto político, econômico e social que a condiciona (LIBÂNEO, 2006). Dessa maneira, diante de um mundo regido pelas lógicas capitalistas, reflexo de uma sociedade de classes e desigual, é imprescindível ao professor que saiba desvendar as relações de poder, bem como buscar caminhos que levem o aluno a ler e interpretar o mundo de forma crítica e autônoma. Dessa forma, é inegável o papel do professor como um ato político, que busca trazer significado ao ensino-aprendizagem.

O Programa Residência Pedagógica, ao buscar fazer a “ponte” entre o ensino superior e o ensino básico, propicia o aprimoramento do fazer docente e nos convida a pensar novas práticas pedagógicas que possibilitem ao aluno uma aprendizagem significativa. Desse modo, o presente relato compartilha a experiência vivida na EEEFM Renato Pinheiro Condurú, localizada no bairro Maracangalha, em Belém-PA. A atuação na escola foi orientada pelas diretrizes do projeto “Cidade e cidadania – construindo caminhos para o ensino de Geografia na escola básica”. Como resultado dessa atuação foi pensada e trabalhada a proposta

metodológica de ensino intitulada “Cidades ribeirinhas e a formação espacial amazônica: entre a cruz, o comércio e a espada”.

A proposta foi desenvolvida com as turmas 101 e 102, do 1º ano do ensino médio, que funcionam no regime de tempo integral, tendo como preceptor o Professor Otto Osvaldo Vasconcelos. A experiência com as turmas ocorreu no período compreendido entre janeiro e junho de 2023. Nesse período uma temática central do conteúdo foi a ocupação e povoamento do território brasileiro.

Considerando a possibilidade de se trabalhar o povoamento do território ao norte do Brasil, ou seja, na região amazônica foi elaborada a proposta de ensino ora apresentada, que teve por objetivo desenvolver a compreensão da produção do espaço amazônico nos séculos XVII e XVIII, dando destaque à formação das cidades ribeirinhas amazônicas, elemento fundamental da estruturação socioespacial regional no referido período histórico.

Como exposto por Bombardi (2014) e Trindade Júnior (2015), no contexto de povoamento do território nacional destaca-se a necessidade de proteção e ocupação das fronteiras situadas ao norte. Assim, são instalados os fortes militares, bem como as missões religiosas, no intuito de assegurar o domínio deste espaço. Nos séculos XVII é desenvolvido a extração e cultivo das drogas do sertão ao longo do Rio Amazonas e seus afluentes, sendo importante para a interiorização. À sombra das fortalezas militares e das aldeias missionárias, atrelada à necessidade de desenvolvimento econômico da região, tendo em vista a produção, estocagem, distribuição, circulação e comércio dos produtos da floresta, foram surgindo pequenas comunidades ao longo do rio, dando gênese a uma rede dendrítica que tinha como um de seus núcleos principais a cidade de Belém.

Para execução da proposta foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

1. Levantamento bibliográfico, para aprofundamento de conhecimento;
2. Observação sistemática e diagnose das turmas, para levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos sobre o tema em estudo;
3. Aplicação da proposta, que envolveu atividades em sala e visita ao centro histórico de Belém e desenvolvimento de um processo de avaliação contínua para acompanhar os avanços e dificuldades encontradas pelos alunos. Nos tópicos que compõem esse relato faz-se o detalhamento da metodologia desenvolvida, estando a mesma apoiada nos referenciais teóricos adotados; depois apresentam-se os resultados obtidos, com as discussões pertinentes. Por fim, apresentam-se as considerações finais com avaliação da aprendizagem adquirida por meio da experiência vivenciada no programa de residência pedagógica.

METODOLOGIA

Como exercício da prática docente fez-se observação de turmas, desenvolveu-se regência colaborativa, ajudando o preceptor e posteriormente fez-se regência com ministração individual de aulas. Essa experiência possibilitou uma relação de maior proximidade com os alunos. A vivência na escola, com participação da semana pedagógica, reuniões de planejamento, entre outras coisas, permitiu a nós residentes identificar as dificuldades dos alunos, os desafios que os professores enfrentam e alguns dos problemas que o colégio tem. Partindo disso, foi possível constatar algumas problemáticas que os alunos enfrentam em se tratando do ensino-aprendizagem de Geografia, especialmente no que se refere à apreensão de conhecimentos acerca do processo de ocupação do território amazônico no período colonial. Tal fato gerava, inclusive, certo desinteresse pelo assunto em questão.

Como forma de reduzir as dificuldades dos alunos do 1º ano relativas aos conhecimentos acerca da Amazônia, desenvolveu-se a proposta metodológica de ensino ora apresentada. Para dar início à proposta foi aplicada uma pesquisa diagnóstica, que consistiu em conversas informais e aplicação de questionário às Turmas 101 e 102. Por meio da referida pesquisa buscou conhecer o que as turmas sabiam sobre a região amazônica, assim como identificar se eles se viam como moradores da Amazônia; se sabiam o que são as drogas do sertão; se conseguiam identificar as cidades da região e se conseguiam identificar alguns dos monumentos históricos de Belém que retratam não só a formação da cidade, como também da região amazônica.

Ao analisarem-se os resultados da pesquisa diagnóstica, constatou-se que parte dos alunos confundia a região amazônica com o Amazonas. A visão de Amazônia para eles estava muito ligada a aspectos físicos, apoiada na concepção da região como um local de floresta, de grandes rios e cheio de diversidade de animais e plantas. Quando perguntados se moravam na Amazônia, alguns discentes chegaram a responder que não. As justificativas foram no sentido dessas duas falas: “não, pois moro na cidade”; “não, pois não nasci e nem moro lá”. Ou seja, um quantitativo significativo dos alunos não se via como parte da Amazônia, seja por confundir, esta, com o estado do Amazonas ou mesmo por achar que a região amazônica é apenas uma grande floresta, na qual não estão inseridas cidades. Com relação ao reconhecimento dos monumentos históricos da cidade, a saber: o mercado do Ver-o-Peso, o Forte do Presépio e a Igreja da Sé, a maioria dos discentes conseguiu identificá-los, no entanto, não conseguiam explicar ou identificar a importância histórica destes na formação da região amazônica.

Partindo dos resultados obtidos com a pesquisa diagnóstica, primeiramente fez-se diálogos com os alunos sobre a Amazônia enquanto uma região que contempla uma interdependência dos seus aspectos físicos e sociais, que influi diretamente nas relações do espaço urbano e rural. Abordou-se a Amazônia em sua configuração natural, tratando do relevo, hidrografia, clima, flora e fauna. Posteriormente houve o esclarecimento de que a Amazônia enquanto um bioma abrange outros países da América do Sul além do Brasil. Esclareceu-se também que a partir de um objetivo político-administrativo de planejamento e desenvolvimento da Amazônia brasileira, é estabelecida em meados do século XX a Amazônia Legal, divisão administrativa que propicia condições para atuação de órgãos de fomento e desenvolvimento econômico regional, é o caso do Banco da Amazônia (BASA) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A atuação dos órgãos de fomento e desenvolvimento econômico favorece o investimento do capital em larga escala na região, alterando a dinâmica de ocupação e o modelo pautado na dinâmica ribeirinha, tradicional na região.

A construção do urbano na região amazônica está atrelada às condições ambientais e aos aspectos físicos característicos da região, fato que permite fazer um diálogo com a teorização de Trindade Júnior (2010) sobre “cidades da floresta” e “cidades na floresta”. De posse desse arcabouço teórico-conceitual, pôde-se falar com as turmas sobre as primeiras cidades surgidas na Amazônia, que tinham seu funcionamento interligado às dinâmicas da natureza e que, apesar do passar do tempo, até hoje há na região amazônica essas cidades da floresta que guardam íntimas relações com a natureza, seja no segmento econômico, social e cultural. Todavia, foi explicado que a partir da década de 1960, com os chamados grandes projetos para Amazônia, houve o desenvolvimento de cidades que estão ligadas a demandas externas à região, que já não têm na floresta um meio de integração, antes um meio de exploração. A partir disso, foram identificadas, por imagens, algumas das cidades do contexto amazônico e suas respectivas importâncias no cenário local, regional, nacional e mundial. Assim, foi possível apresentar um pouco da complexidade urbana da região amazônica. Ao final dessa etapa de discussão foi repassada uma atividade em formato de palavras cruzadas, em que por meio da leitura do material de apoio surgiram as respostas que eles precisariam para preencher as cruzadinhas.

Em concordância com Bombardi (2014), nos primeiros anos do século XVII as fronteiras, do norte do Brasil, ainda eram instáveis, sendo constante a ameaça de avanço de holandeses e franceses. Nesse período, havia se dado a união ibérica e, assim, houve de fato

uma intervenção maior na região amazônica. Em 1615 os franceses são expulsos de São Luiz e em 1616 há a instalação do Forte do Presépio, tipo de fortificação que irá marcar o processo de formação do território amazônico. A autora supracitada diz que as missões religiosas foram elemento importante para a consolidação do domínio português sobre a Amazônia. Os aldeamentos formados pelas diversas ordens religiosas que atuaram na Amazônia serviam para a conversão dos nativos e uso dos mesmos como mão de obra, sendo, portanto, local onde os indígenas eram mantidos sob controle. Tais aldeamentos também serviam de base para excursões de defesa e ampliação territorial para o controle lusitano.

Nesse sentido, a etapa de desenvolvimento da proposta de ensino versou sobre fortes e missões religiosas na Amazônia e a relevância destes na ocupação da região. Desde o início buscou-se o diálogo com a turma, indagando-os se conheciam as igrejas e o Forte do Presépio do centro histórico de Belém, e a importância desses monumentos. A partir disso, discorreu-se sobre o papel daqueles objetos geográficos na conquista da Amazônia pelos portugueses. Nessa perspectiva, foi apresentado a eles duas representações cartográficas, uma que mostrava a distribuição das diferentes ordens religiosas ao longo do vale amazônico, e outra na qual era possível vislumbrar a distribuição das Fortificações Militares na Amazônia. Com isso, foi trabalhado como as aldeias missionárias e os fortes contribuíram não só para a conquista da região, como também para o surgimento de vilas que posteriormente dariam lugar a núcleos urbanos.

Segundo Bombardi (2014), em 1621 é criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, que vai desempenhar íntimas ligações com a coroa portuguesa. A fim de garantir o domínio efetivo da Amazônia, houve a necessidade de desenvolver atividades econômicas, culminando então na economia das drogas do sertão, pecuária e a produção canavieira em certas partes. Nesse quadro de expansão e defesa, as missões e as fortalezas militares vão desempenhar importante papel na dinâmica da região.

Para Trindade Júnior (2015), com o desenvolvimento da economia das drogas do sertão e em função da produção, estocagem, distribuição e circulação, ao longo do Rio Amazonas e seus afluentes, vão surgir pequenos núcleos urbanos ligados a alguns centros regionais. Tem-se como exemplo Belém, que ao longo dos séculos XVII e XVIII vai se constituir como um dos centros principais dessa rede urbana dendrítica em formação.

Desse modo, desenvolveu-se com as turmas o assunto da economia das drogas do sertão. Primeiramente, foi questionado se eles sabiam o que eram estas. Com base nas respostas dadas

foi possível explicar que as drogas do sertão são produtos advindos da floresta amazônica, como frutas, raízes, ervas, temperos etc. Disposto dessa primeira aproximação, é explicado o contexto em que houve a necessidade do desenvolvimento da economia das drogas do sertão na Amazônia, assim como a mão de obra usada. Arelado a isso, buscou-se dialogar como os fortes e missões religiosas deram o suporte para a realização dessa economia. Ademais, houve um esforço de explicar aos alunos a dinâmica ensejada na região em virtude do comércio dos produtos da floresta, em que se via a necessidade da produção, estocagem, circulação, distribuição e comercialização, culminando com uma maior integração dos núcleos populacionais ao longo do vale amazônico.

Segundo Penteado (1968), a cidade de Belém foi fundada em 12 de janeiro de 1616 por Francisco Caldeira Castelo Branco. Assim como outras cidades da Amazônia, Belém se desenvolveu a partir do forte que tinha sido construído, partindo dele ruas e travessas que aos poucos foram dando origem ao núcleo urbano, sendo tal núcleo dividido pela baixada alagadiça do Piri formando o bairro da Cidade e Campina. Belém, desde o início de sua fundação já detinha um papel central na Amazônia, vista como ponto estratégico para a conquista de uma região. Essa centralidade, nos séculos XVII e XVIII, aos poucos vai se concretizando, tendo em vista que a então cidade era o principal entreposto comercial entre a metrópole (Portugal) e a colônia ou estado do Maranhão e Grão-Pará, onde ao longo do tempo foi sendo desenvolvidos os principais serviços, comércio e organizações essenciais à região.

Considerando tais conhecimentos buscou trabalhar com os alunos o início da formação da cidade de Belém e seu desenvolvimento ao longo dos séculos XVII e XVIII. Baseado no conceito de “cidades da floresta”. Dialogou-se com a turma como o cotidiano e certas dinâmicas da cidade de Belém retratam a ligação que esta tem com a natureza, seja no aspecto econômico, tendo em vista uma economia entrelaçada à circulação nos rios e de extração e cultivo de produtos da floresta como o açaí e o cacau; ou mesmo no aspecto cultural, a exemplo do imaginário popular forjado nas lendas amazônicas do Boto, do Curupira, da Matinta Pereira e tantas outras.

Como culminância do trabalho pedagógico desenvolvido em sala foi organizada uma atividade prática que consistiu no desenvolvimento de uma aula-campo composta por visitas monitoradas a museus situados no Centro Histórico de Belém. Por meio da aula-campo os alunos puderam conhecer o patrimônio histórico e geográfico existente nos museus do Forte do Presépio (antigo Forte do Castelo) e o de Arte Sacra (MAS). A aula-campo foi planejada com

o intuito de permitir às turmas uma experiência significativa dos assuntos apreendidos em sala. As turmas foram divididas em dois grupos para melhor aproveitamento da atividade.

No Museu de Arte Sacra foi mostrada a arquitetura das Igrejas da época colonial na Amazônia, as diversas ordens religiosas instaladas na região, o significado das pinturas, santos e de todos os objetos presentes no local.

No Museu do Forte do Presépio teve-se a explanação do início da fundação da cidade de Belém por meio da construção do Forte, assim como foram destacados os materiais usados nas diversas fases de seu funcionamento e o significado que o mesmo desempenhou na conquista da região amazônica. Os alunos puderam conhecer as pinturas, peças da cerâmica marajoara e tapajônica, utensílios e armas usados pelos povos indígenas e europeus, bem como uma série de artefatos que mostravam um pouco do universo cultural dos povos originais da Amazônia brasileira.

Durante a aula-campo foi propiciado, portanto, a compreensão do contexto social no qual se forjou a região nos séculos XVII e XVIII. As turmas foram levadas a uma área do Forte do Presépio onde foi possível ter uma visão abrangente do centro histórico de Belém, vislumbrar a disposição de algumas igrejas do período colonial e ainda a localização estratégica do complexo do Ver-o-Peso. A partir disso, reforçou-se que a ocupação colonial da Amazônia foi alicerçada no tripé: missões religiosas, fortificações e uma economia primário-exportadora. Abaixo seguem registros do momento vivido pelos alunos do 1º ano.

Figura 1 – Belém - Visita ao Forte do Presépio e Museu de Arte Sacra. 28 de junho de 2023



Fonte: acervo pessoal dos autores

Com essa atividade prática pôde-se construir um momento de muita aprendizagem, proporcionando aos alunos conhecerem e viverem um pouco mais de sua cidade, de sua realidade. Destaca-se que a maioria dos discentes nunca havia visitado o centro histórico de Belém. A aula-campo propiciou a culminância de um processo avaliativo que foi desenvolvido de modo contínuo, sendo iniciado pela pesquisa diagnóstica e perpassando as atividades em

sala de aula e a observação da participação, esforço e presença dos alunos nas atividades propostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considera-se que a realização da proposta de ensino permitiu, ainda que parcialmente, superar uma das problemáticas detectadas com os alunos do 1º ano com relação ao ensino de Geografia, que era certo desinteresse pela matéria. Atribui-se esse problema ao fato de haver fragmentação entre o conteúdo ministrado e o distanciamento do mesmo com as vivências dos educandos. Com base nisso, a proposta implementada buscou fazer o diálogo entre o cotidiano vivenciado na cidade com os assuntos trabalhados.

Tendo em vista as noções e experiências que os discentes dispunham em relação à região amazônica e seu meio urbano, buscou-se construir um conhecimento que confira sentido e significado às suas respectivas realidades e experiências pessoais, colocando-se em prática a proposta de desenvolvimento de aprendizagens significativas, conforme a teorização exposta por Souza, Silvano e Lima (2018).

Explorando os elementos que fazem parte do dia a dia das turmas, observou-se o interesse dos alunos pelos assuntos tratados em sala. A partir da observação que eles fizeram do clima, do relevo, da hidrografia, da fauna e da flora que os cercam, foi possível trabalhar o bioma amazônico, explicitando que esse bioma está presente não só no território brasileiro como também em outros países vizinhos. Ademais, quando o alunado se percebeu inserido nesse grande bioma, esclareceu-se que no Brasil foi instituída a Amazônia Legal, para fins políticos, administrativos e de planejamento. Já com a compreensão de que são moradores da Amazônia, procurou-se estimular a turma a conhecer como essa região se formou e qual o papel de Belém nesse contexto. Dessa maneira, foi profícuo explicar aos alunos a importância de alguns dos monumentos históricos presentes em Belém, como o Mercado de Ferro, o Forte do Presépio e as igrejas antigas, visto que alguns alunos coheciam os mesmo mas não conseguiam compreender a representatividade que esses objetos espaciais tiveram na constituição da região amazônica. Outros discentes sequer dispunham do contato direto com os mesmos.

Partindo-se da realidade do educando e respeitando suas necessidades e potencialidades educativas, pôde-se construir conhecimentos que os ajudem a desvendar o mundo. Reforça-se a ideia de que mais do que ministrar assuntos, é preciso fazer com que o conteúdo venha dialogar com o meio no qual o aluno está inserido, para que o educando possa ver significado

e sentido no que está aprendendo, para que assim o interesse por conhecer as múltiplas relações que forjam o espaço venha a ser despertado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento da proposta metodológica de ensino “Cidades ribeirinhas e a formação espacial amazônica: entre a cruz, o comércio e a espada” pôde-se contrapor a noção inicial, de domínio comum, de que a Amazônia corresponde a uma grande floresta destituída, entre outros elementos, de um meio urbano. Foi possível discutir e verificar, por meio dos vários instrumentos e procedimentos metodológicos utilizados, que a região amazônica brasileira é a região em que vivemos e que ela guarda uma complexa dinâmica socioespacial, na qual os aspectos naturais estão intimamente entrelaçados aos aspectos humanos e onde há uma diversidade de cidades que desempenham variados papéis, desde o período colonial, seja na escala local, regional, nacional ou mundial. Ademais, foi possível demonstrar não haver uma realidade amazônica, mas uma multiplicidade de realidades amazônicas que precisam ser descortinadas, compreendidas à luz da ciência geográfica.

Aos residentes a experiência na escola-campo proporcionou uma nova visão de educação, de ensino e de aprendizagem. Propiciou o contato direto com o ambiente escolar, em que foi possível o aprimoramento do fazer docência, bem como lidar com os desafios referentes não só à escola como também à educação brasileira na atualidade. A experiência no Residência Pedagógica revelou a importância da conversa entre o ensino básico e o superior, para o aprimoramento das bases da educação no contexto escolar, assim como para as academias, no sentido de pensar, repensar e discutir a docência e suas interfaces.

Constata-se que é por meio de uma educação pautada na autonomia e na crítica que é possível formar cidadãos cientes de seu lugar no mundo, e para além disso, ser um agente transformador de sua realidade. Mas para educar, é preciso pensar nos meios mobilizados para ensinar e de que modo o aluno aprende. Assim, é necessário pensar novas metodologias que despertem no alunado o interesse por desvendar o mundo em que vive. Dessa maneira, o presente relato mostra que a educação, sendo um fenômeno social e global, não se inscreve apenas na sala de aula, muito menos na mera instrução. A educação perpassa pelo educar para o mundo, principalmente o mundo que a gente deseja construir, mais justo e menos desigual.

A experiência no Programa Residência Pedagógica, por meio do projeto “Cidade e cidadania - construindo caminhos para o ensino de Geografia na escola básica” propiciou o aperfeiçoamento da prática docente, assim como mostrou a importância de se pensar e trabalhar

novas metodologias para o aprimoramento do ensino-aprendizagem de Geografia, permitindo pensar novas formas de abordar a cidade, atrelada às vivências dos alunos. Dessa maneira, é sugestivo que o projeto, em pauta, possa, além da intervenção na escola, estreitar o diálogo com a comunidade, no intuito de levar a discussão sobre cidade e cidadania para além dos portões da escola.

REFERÊNCIAS

BOMBARDI, F. A. **Pelos interstícios do olhar do colonizador:** descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750). 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014. Programa de Pós-Graduação em História Social.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** Obra traduzida. São Paulo: Cortez editora, 2006

PENTEADO, A. R. **Belém:** (estudo de geografia urbana). Belém: UFPA, 1968. 2 v. (Coleção amazônica. Série José Veríssimo). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/43>. Acesso em: 10 nov. 2022

SOUSA, C. O.; SILVANO, A. M. C.; LIMA, I. P. Teoria da aprendizagem significativa na prática docente. **Revista ESPACIOS**, v. 39, n. 23, p. 1-11, 2018.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. A. Cidades e centralidade urbanas na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Cidades**. v. 12, n. 21, p. 305-334. 2015.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Cidades na Floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista IEB**, n50 set./mar. 2010.